

**A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA
NO PENSAMENTO DO
PROFESSOR DOUTOR LUÍS MOITA**

Francisco Xavier de Sousa

A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NO PENSAMENTO DO PROFESSOR DOUTOR LUÍS MOITA

Francisco Xavier de Sousa

Em conversas, sobre temas da atualidade e ligados às Relações Internacionais (RI), que participei com o Professor Luís Moita, ficou patente a importância que ele dava à Geografia e à Cartografia, utilizando, frequentemente, os conhecimentos de ambas nas suas reflexões e para construir o seu pensamento. Um dia, confidenciou-me mesmo que se não tivesse enveredado, com paixão, pela carreira de docência e de pensador das RI, seria, certamente, cartógrafo. Na sua visão do interesse e do uso da geografia, nas análises das RI, realçava que essa disciplina do conhecimento, por si só e aceticamente, não fundamentava reflexões. Só teria serventia, se conjugada, entre outras, com a História, a Sociologia e a Economia e quando era interpretada no domínio da influência que exercia sobre o humano. A Geografia, assim, pode permitir a compreensão das realidades atuais e fundamentar tendências de futuro. Ela também tem sido, ao longo dos tempos, usada para produzir estereótipos de análises ou como instrumentos de teorias, entre as quais da geopolítica, como a de Halford J. Mackinder¹ e de Karl E. Nikolaus Haushofer² que, como refere o Professor, serviram “... *jogos de poder, traçam diferentes fronteiras imaginárias onde... surge o choque Leste / Oeste*” (Moita, 2009: 140).

¹ Halford J. Mackinder, em 1904, na Real Sociedade da Geografia de Londres, expôs a sua teoria, a qual se resume assim: quem controlar a Europa Oriental, denomina o Coração da Terra. Quem dominar o Coração da Terra, domina a Ilha do Mundo. Quem dominar a Ilha do Mundo, domina o Mundo. Esta teoria colocou em dúvida a ideia prevalecte, de quem dominasse os mares, dominaria o mundo. Segundo essa teoria, uma aliança da Rússia, situada no Coração do Mundo, rica em minérios, com a Alemanha, senhora de tecnologia e de conhecimento, colocaria em risco o equilíbrio de poderes (Silva, 1969: 148-151).

² Karl E. Nikolaus Haushofer formulou uma teoria assente em cinco pontos, cruciais para a sobrevivência de um País: a Autarquia – as unidades políticas têm de produzir o que necessitam; o Espaço Vital (*Lebensraum*) – uma Nação tem de possuir o espaço necessário ao seu povo; Pan-Regiões – As potências principais do mundo devem dominar cada uma das três pan-regiões, que são cortes transversais do mundo, capazes de proporcionar a Autarquia a essas potências: a Pan-América – dominada pelos EUA; a Pan-Ásia – dominada pelos Japoneses; a Euráfrica – dominada pela Alemanha. Poderá haver uma quarta pan-Região, cujo controlo seria realizado pela Rússia com permissão da Índia, que seria limitada, por não chegar ao Equador, não permitindo totalmente a Autarquia; Relação poder marítimo versus poder terrestre: quem dominar o Heartland domina o crescente interior – bem como o poder marítimo inglês e japonês –, e o crescente exterior, que contempla os continentes que não a Europa; Fronteira – Uma entidade política deve possuir territórios com fronteiras naturais (Silva, 1969: 154-156).

A GEOGRAFIA AO SERVIÇO DE ESTEREÓTIPOS

O Professor Luís Moita, no seu ensaio “*Ocidente contra Oriente?*” (2009) explica como a Geografia é utilizada, por vezes, para se construir argumentos e estereótipos.

Nele, o Professor aborda algo comum nas suas análises: a necessidade de se compreender as oposições, olhando para lá do seu imediato, sendo, por vezes, necessário analisar as raízes das mesmas. No caso do Ocidente *versus* Oriente, as oposições nem sempre se materializam em confrontações cinéticas, sendo mais vulgar as manifestações das diferenças, algumas com berço na diversidade dos ideários da vida, da comunidade e da sociedade, vistos, por ambos, com nostalgia e romance. Como diz Boaventura de Sousa Santos, existe, há muito tempo, uma contraposição entre o Ocidente e Oriente, evidenciada na cultura e nas relações internacionais, constituindo-se num “... *arquétipo, uma espécie de inconsciente coletivo jungiano que aflora na consciência sob múltiplas formas...*” (Santos, 2022). As caracterizações de qualquer deles, dependem da forma como cada se vê ou das formas como um vê o outro. São, assim, caracterizações subjetivas. Edward W. Said, no livro “*Orientalism*”, ao analisar como o Ocidente considerava e descrevia o Oriente, afirma que cada um se refletia no outro, e este, como aquele, não era um “... *facto inerte da natureza...*”, pois os “... *sectores regionais geográficos, como o “Oriente” e o “Ocidente”, são feitos pelo homem*” e são “... *ideias que têm uma história e uma tradição de pensamento, imagens e vocabulário, que lhe deram realidade e presença no e para o Oeste...*” (1980: 12-13).

Da parte Oriental, sem se saber bem quais as suas fronteiras e quem dela faz, definitivamente, surge, frequentemente, a reminiscência de que foi objeto “... *do projeto colonial europeu Ocidental*” (Moita, 2009: 140). Essa reminiscência, é por ela evocada, com «dor», desde o século V a.C. até hoje. Como reação ao materialismo Ocidental, materializado no colonialismo do Oriente, este reivindica ter sido o berço de filosofias libertadoras de vícios e necessidades terrenas, dando mais importância à metafísica, secundarizando a realidade à mística. Contudo, transmite a imagem de antiquado, atávico, meditativo/espiritual. Já o Ocidente, procura apresentar-se como libertador do sujeito, permitindo-lhe concretizar os seus anseios, definindo-se como promotor do pragmatismo, da felicidade, da justiça, do desenvolvimento, da modernidade, da organização, da riqueza e do bem-estar, acreditando mais no futuro e nas pessoas do que no imaterial. Sobre esta visão, de um e do outro, fundamentada em Jacques Atalli (2007: 41), interroga o Professor se ela se afiguraria como “... *a origem de uma profunda clivagem cultural... teríamos de um lado o Oriente místico, simbólico, contempla-*

tivo arcaico e racional, do outro o Ocidente organizativo, individualista, empreendedor?”, afirmando que “*Difícilmente este antagonismo... explicaria toda a conflitualidade histórica que separa esses dois mundos*”. E conclui que outros acontecimentos históricos realçaram diferentes demarcações geográficas entre os dois polos, no qual releva o englobamento do continente americano no hemisfério ocidental (2009: 140). Para o Professor, a conceção mental, mesmo inconsciente, de um Ocidente demarcado por uma fronteira ideológica, militar e económica, centrado num espaço de liberdade, remetendo o resto para o obscurantismo da dominação, atravessou os tempos que englobam a “guerra fria”, o após queda do muro de Berlim, o fim da ordem bipolar e os nossos dias e gerou uma nova perceção, fulcrada numa oposição ao mundo islâmico, na qual o Oriente está associado, não a um conjunto político militar, mas antes a uma civilização e a uma religião (Moita, 2009: 141). Contudo, é nesta religião e nesta civilização que acontecem, naquele espaço geopolítico, as grandes confrontações, entre fações religiosas com o mesmo tronco filosófico, em que os radicalismos fazem verter sangue fraterno.

Existem outros investigadores cujas teses são evidentes no pensamento do Professor Yves Lacoste, ao longo das cerca 500 páginas da sua obra “*Geopolítica do Mediterrâneo*”, analisa as dinâmicas – históricas, políticas, sociais e económicas – daquela região, ressaltando que, no conjunto geopolítico do Mediterrâneo – onde o Ocidente, o Oriente, o Norte e o Sul se encontram – continuam a sobressair conflitos, olhados como sequelas do colonialismo, mesmo após terem acontecido as emancipações dos colonizadores. Contudo, segundo ele, na atualidade, essa razão é colocada em causa por islamistas e ocidentais, perspetivando, porém, que será no espaço mediterrânico que irão ocorrer os mais graves choques de civilização, pois que, ao longo dos tempos, nas margens alargadas desse Mar, existe alguma conflitualidade nos pontos de contacto entre os mundos cristão e muçulmano (2008: 17 e 23).

No mesmo registo, Edward W. Said caracteriza a relação entre o Ocidente e o Oriente como sendo de poder, de dominação, existindo diversos graus de uma hegemonia complexa (1980: 13), pois o Ocidente procurou ter, ao longo da história, o maior protagonismo. No contexto das tensões existentes, esses blocos geográficos cultivam sentimentos de desconfiança.

Bernard Lewis, ainda nesse registo, garante que o Oriente pode contribuir para o controlo e redução dessa conflitualidade, colocando de parte os seus lamentos e a autocomiseração destrutiva, esforçando-se por resolver os seus diferendos internos e potenciando os seus talentos, reinventando-se para reconquistar a sua importância como civilização, que outrora detinha (2003: 187).

- O Professor, em algumas das nossas conversas, apontava-me soluções deste tipo, com a convicção que só através do entendimento, da vontade de se construir os próprios futuros, ultrapassando os passados, sem os esquecer, se resolveria as tensões entre civilizações. Nessas conversas, algumas vezes lhe referi a minha dificuldade em encontrar as fronteiras geográficas, delimitadoras dos espaços físicos ocupados por essas civilizações, ditas Ocidentais e Orientais. O raciocínio de limitar fisicamente esse espaço esbarrava, sempre, nas geografias comuns a uma e outra parte. A dificuldade também era a do Professor. Ele fez, mesmo, notar a impossibilidade de se traçar as fronteiras do Ocidente – quando o Japão, por exemplo, é identificado como lhe pertencente –, colocando em dúvida a sua homogeneidade – pois nele existem várias raças humanas e religiões – e a existência de uma entidade que o representasse – pois a NATO tem mostrado a tendência de se alargar a leste e a OCDE tem no seu seio o Japão (2009: 151). O Ocidente tem contribuído para essa dificuldade, pois, como Boaventura de Sousa Santos afirma, tem a tendência de manter no seu imaginário e de evocar, quando lhe convém, a explicação tradicional da inferioridade do Oriente, instrumentalizando-a politicamente, como tem acontecido, por exemplo, quando a Turquia lembra que pretende ingressar na União Europeia (Santos, 2022).
- O Ocidente e o Oriente, sendo, como referiu o Professor, “Geografias Imaginárias”, têm assumido o papel de estereótipos com caracterizações e interpretações diversas, dependendo umas e outras de quem os define: se o Ocidente se o Oriente.

A GEOGRAFIA E AS MUTAÇÕES SOCIAIS

Num dos diálogos que estabeleci com o Professor, sobre RI, falámos sobre a relevância, nos dias de hoje, das fronteiras e do Estado-Nação. Na altura, abordou-se a importância que lhes era atribuída pelo Realismo. O Professor possuía um espírito crítico apurado sobre essa teoria e lembrou-me que a realidade atual colocava em causa ideários dessa corrente de pensamento, designadamente quanto ao Estado-Nação e as isobáricas limitadoras dos espaços pelos quais se “morre” quando periga a sua preservação e a soberania. Por exemplo, “*Em nenhuma hipótese, para os realistas, uma condição especial regional poderia levar... à adoção de uma política para fronteiras que contrariasse o “interesse nacional” – este definido em termos de poder.*” (Scherna, 2012: 114), mesmo quando partes das mesmas estejam sujeitas a dinâmicas regionais que exigem lógicas diferenciadas. As regiões de fronteira são vistas, pelo realismo, sob o prisma da defesa da soberania, aplicando-lhes políticas estatais

de segurança. O primeiro quartel deste século tem colocado dúvidas sobre alguns princípios basilares do paradigma realista, designadamente quanto ao Estado, território e soberanias. O século XXI iniciou-se sob o vaticínio da crise do Estado-Nação e das fronteiras, como “cerca” delimitadora de soberania, tendo isso sido notado pelo Professor. Por altura desse diálogo, ele publicou um artigo na *Janus* (2015a), onde referiu autores, com artigos/livros do fim do século passado, em que trataram a importância atribuída aos territórios, aos modelos de soberania e às geografias de influência, como sejam Bertrand Badie – *O Fim dos Territórios* –, Kenichi Ohmae – *O fim do Estado Nação: A Ascensão das Economias Regionais* –, Manuel Castells – *¿Fin del Estado Nación?* –, Richar O’Brien – *O Fim da Geografia* – e Francis Fukuyama – *O Fim da História*. Nesse artigo da *Janus*, ele tratou o mesmo assunto, com uma abordagem própria, que analisarei mais à frente. Desde essa altura, interessei-me pelos assuntos das fronteiras e do Estado-Nação. Analisemos, agora, de forma comentada, algumas obras de alguns Cientistas/Investigadores/Autores, que tiveram importância no pensamento do Professor.

No fim do século XX, Wolfgang Hein publica um texto (Hein, 1994) defendendo que as ameaças ao ecossistema global e o perigo universal de destabilização político-social – este derivado das desigualdades sociais, de expressão crescente, entre regiões do mundo – exigem uma transferência, mesmo que parcial, da soberania dos Países para Entidades que pudessem tomar decisões globais, que sejam mundialmente e democraticamente reconhecidas, e que possam lidar com esses problemas comuns. Esse «Estado-mundial» só seria efetivo e eficaz, se funcionasse sob o princípio da subsidiariedade, alienando competências em entidades regionais e locais. A sua tese fundamentava-se na observação de que o processo de sociabilização mundial, resultante do desenvolvimento capitalista, acelerou-se ultimamente, surgindo incompatibilidades com a forma «Estado-territorial». Segundo ele, o «Estado-territorial» ou «nacional», é um produto da História, não sendo uma configuração natural gerada no seio da organização política, tendo tido uma evolução demorada, resultante de tensões. Nessa evolução, a economia tem sido fundamental. Segundo ele, o controlo económico é tão mais efetivo quanto menor for a restrição à mobilidade dos fatores de produção e um maior bem-estar tem exigido maior liberalização dos espaços económicos e maior globalização da atividade económica, sendo isso fins políticos. Porém, o «Estado-nacional» mantém-se como o paradigma de legitimação política, confrontando-se com o aumento dos problemas sociais, económicos e ecológicos e com a crescente socialização mundial, que reduz, crescentemente, a capacidade

de o Estado obter soluções. Ainda segundo o autor, o «Estado-mundial» resultará do inconformismo e das necessidades da sociedade mundial, confrontada com o sentimento das ameaças decorrentes dos desenvolvimentos, o que levará a uma nova ordem global económica e social. Consequentemente, surgirá uma nova ordem mundial, resultante das tendências do processo de globalização, nas quais estarão incorporadas as de desenvolvimento sócio-estruturais e económicas, que provocarão mudanças nas estruturas institucionais. Contudo, não se poderá inferir, que os «Estados-nacionais» já estão obsoletos (1994: 82-99).

Decorrido um quarto de século após a publicação deste artigo, os «Estados-nacionais», ou Estados-Nação, são, ainda, o paradigma do Mundo, devido ao «medo» em se alienar soberania e/ou por ainda não ter surgido uma Entidade, capaz de assumir os destinos da sociedade mundial. As instituições, como a União Europeia e a ONU, têm sido incapazes de se transformarem em globais, pelas frequentes crises que sofrem e que colocam em causa os seus papéis no desenvolvimento do bem-estar e da paz da sociedade.³ Algumas vezes assisti ao Professor perguntar, com ênfase e preocupação, quem poderia assumir, mais centralmente, os destinos do mundo e quem seria mais capaz de responder aos anseios e preocupações globais. Essa pergunta ainda traduzia a preocupação sobre a forma como essa responsabilidade seria exercida, o que, na minha opinião, teria de contemplar descentralizações de execuções nas tais instituições regionais, como Wolfgang Hein defendia, estando o controlo das mesmas centralizado na «Entidade global». Na edição de 26/10/1997, do *El País*, Manuel Castells publicou o muito referenciado artigo “¿Fin del Estado nación?” (Castells, 1997). Nele proclama a crise do Estado-Nação, face à globalização da economia e à desconfiança da sociedade nessa organização política, argumentando que já não funciona e sofre dúvidas de legitimidade. Assim, defende, tornou-se obsoleto e, sem desaparecer, terá de coexistir com outras instituições, culturas e formas sociais. Essa crise decorre de o Estado-Nação ter crescente dificuldade em controlar a globalização das economias (sempre ela), os fluxos da informação, os meios de comunicação e as redes criminais. As facilidades de transferências monetárias e a perda do controlo dos fluxos de capital, a independência dos comportamentos dos mercados financeiros e monetários têm exercido pressão nos Estados. O endividamento destes, colocam-nos vulneráveis e provocam perda de soberania, ficando dependentes dos mercados e do controlo

³ Por exemplo, as decisões do Conselho de Segurança da ONU estão subordinadas ao unanimismo do voto dos seus membros permanentes, havendo dificuldade em aprovar resoluções importantes para a paz, segurança e bem-estar da sociedade mundial. A UE tem senti-do titubeações e retardamentos nos processos de alargamento.

de instituições regulatórias.⁴ A dependência económica das importações e, na Europa, a alienação de alguma soberania, bem como a adoção da moeda única, contribuíram para a dúvida sobre a importância, no futuro próximo, dos Estados-Nação. A globalização do crime, facilitada pelas flexíveis redes transnacionais, em contraponto à rigidez dos Estados, coloca em dúvida a capacidade destes para, no seu espaço, garantirem a ordem pública e a segurança. Isso tem levado os Estados a unirem-se e a descentralizar competências nas organizações regionais. Assim, Castells afirma que: os Estados tendem a aderir a organizações que garantam as seguranças; os problemas sociais e económicas, tendem a ser tratados noutras organizações, definindo regras aos seus apoios; aspetos ambientais têm originado organizações, algumas informais, que dão voz aos problemas; as identidades começam a não se subordinar a territórios identificados com um Estado, surgindo redes locais de administração, fulcradas nessas identidades. Segundo o autor, porém, o Estado-Nação não desaparecerá nos próximos tempos, por inercia da história, pela confluência de interesses e porque configura um mecanismo político, utilizado pelos cidadãos para controlo social e da democracia. Contudo, a prática de associação que se assiste nas sociedades, com alienação do poder de decisão e de controlo dos Estados, levará ao seu fim, surgindo uma forma mais flexível de Estado, com melhores e mais respostas aos anseios das sociedades, podendo isso implicar que “...renuncien al ordeno y mando...” (Castells, 1997). E os Estados que não aderirem a essa realidade serão ultrapassados, pelo poder dos fluxos e apagados do mapa político, pelos seus cidadãos. Ainda segundo ele, o fim do Estado será mais pelo desejo do cidadão do que pela ação da economia (1997). Essa importância do “cidadão” referida por Castells, é reconhecida pelo Professor, como veremos adiante.

Kenichi Ohmae duvida da importância, atual, das fronteiras históricas e geográficas dos Estados-Nações, pois o que faz mover o mundo é a economia e, essa, tem reformulado os traçados das “*Verdadeiras Fronteiras num Mundo sem Fronteiras*”, colocando em causa o protagonismo global dos Estados-Nações (1996: XVII-XXI). São estes os fundamentos da sua tese: as oportunidades de investimento nem sempre ocorrem na geografia onde o dinheiro existe, havendo mecanismos de transação de dinheiros privado que não olham a fronteiras; os investimentos empresariais não se fazem na lógica das razões do Estado, procurando antes mercados atraentes; as tecnologias de informação permitem investimentos sem grandes deslocções de pessoas e sem a

⁴ Portugal sentiu isso, no período da Troika.

obrigatoriedade de existir um sistema estrutural em cada polo de laboração, estando as capacidades disponíveis através das redes; o acesso às tecnologias de informação permite ao consumidor saber o que se produz no mundo e escolher onde e o que comprar, usando critérios de economia, de diversidade, qualidade ou agrado. Assim, as unidades económicas e as economias, não se subordinam a fronteiras, tornando desnecessárias as intervenções dos Estados-Nações. Ainda segundo o Autor, perante as dinâmicas do mundo económico, as soluções passam a ser globais, as fronteiras políticas e geográficas assumem artificialidade, as regiões das unidades económicas ganham importância, dimensões adequadas ao objeto de produção/negócio, espalhando-se por territórios de um ou vários Estados-Nação, alheando-se de fronteiras geográficas. As fronteiras dessas unidades económicas passarão a ser definidas pela capacidade de negócio e “*Estas são as fronteiras – e as conexões – que importam num mundo sem fronteiras*” (1996: XXI), e numa “... *economia sem fronteiras, os mapas focalizados nas nações... são totalmente enganadores... a velha cartografia já não funciona*” (Ohmae, 1996: 14).

Conseguimos identificar as convicções destes autores, no pensamento do Professor, sendo ele, contudo, cauteloso no decretar, já, o fim dos Estados-Nação, pelo papel deste na representação dos cidadãos que os elegem e pela responsabilidade que ainda detêm sobre os seus destinos e bem-estar. Num artigo, ele analisa, com pensamento crítico, a importância dos tratados de Münster e de Osnabrück (tratados de Vestefália), ratificados em 24/10/1648, na origem do Estado-Nação e do sistema político moderno, contrariando a tese de que sejam resultado daqueles acordos. Defende, antes, que o Estado-Nação, fundamento do sistema político da modernidade, foi um resultado, “... *verdadeiramente...*” das alterações produzidas pelas graduais imposições da revolução/produção industrial e pelas transições protagonizadas pelas “... *sociedades que romperam com o ancien regime...*”, nos séculos XVIII e XIX (2012: 17, 38 e 40). Assim, sem retirar importância àqueles Tratados, o Professor defende a inadequabilidade do termo Estados-Vestefalianos, para designar Estado-Nação. Esta vertente de pensamento do Professor traduz uma evolução ao que transmitia em 2009, demonstrando, ao mesmo tempo, que nessa altura já tinha a percepção da importância das transformações impulsionadas pela revolução industrial, quanto ao conceito de Estado-Nação. Numa comunicação proferida, naquele ano, num Congresso, em Lisboa, reconheceu a existência dos Estados-Vestefalianos e o papel de Westfália na definição dessa Entidade Política, afirmando que o “... *registo westfaliano identifica o Estado moderno enquanto unidade política...*” e que “... *a economia-mundo do capitalismo industrial encontrou no Estado-Nação a forma mais adequada de se organizar politicamente...*”, havendo, nas tendências de desenvolvimento da economia

mundial, “... *um novo enquadramento para o Estado westfaliano-Keynesiano*”. E continua afirmando “... *Se Westfália consagrou o Estado territorial e soberano, onde a fronteira delimita a área da jurisdição, o keynesianismo tirou as consequências da função desse Estado enquanto regulador do mercado no espaço económico nacional... (e) sublinha o papel determinante dos poderes públicos na gestão da sociedade industrial*” (2009: 318 e 321). O Professor ainda afirmou, nessa intervenção, que a evolução da economia de mercado, objetivada no comércio e na Cidade-Estado, para outra, suportada na industrialização, configurou a sociedade mundial e exigiu mais espaço, assumindo importância e afirmação o Estado-Nação, pois a sociedade industrial impôs-lhe determinadas funções, ficando, de forma indelével, senhora da trilogia Povo/Território/Governo (2009: 315 e 317). Esta afirmação já indiciava reflexões, que levaram à sua tese de que a origem do Estado-Nação se encontrava, antes, na rutura com o feudalismo e na revolução industrial.

Nessa intervenção o Professor ainda defende que, existindo uma relação entre espaços económicos, políticos e territoriais, parte das Nações industrializadas expandem-se para além dos seus espaços nacionais, surgindo zonas económicas, geradas pela mobilidade dos fatores sociais e de produção e pela sociedade informacional. Essas zonas, não cabem nas geografias dos Estados-Nação, violando fronteiras que se “... *diluem em imprevistas configurações...*”. São, então, geradas áreas geoeconómicas supranacionais, exigindo “... *o modo de produção agora dominante... abolição de fronteiras e geografias alargadas*” (2009: 315-320). Isso situa-nos, novamente, no tema deste trabalho. No pensamento do Professor, as geografias bem definidas, em que as fronteiras são manifestações de soberania, começam a dar espaços a outras geografias, muito impulsionadas pela economia industrial e suas interdependências e pelos fluxos financeiros e dos fatores de produção. Ele admite a dificuldades em traçar uma cartografia da geoeconomia, com o aparecimento das novas geografias das empresas (2015b: 104), que contemplam espaços alheados de fronteiras. Surgem, então, desenhos organizativos, lembrando aranhaços ou espessas teias, que, quando sobrepostos em mapas, mostram redes funcionais e de interdependência, com terminais em vários continentes e locais distanciados. É a geografia da economia. Segundo o Professor, a conceção dessas novas geografias assenta nestas realidades: alguns territórios com fronteiras herméticas têm-se transformado em espaços com fronteiras porosas; os espaços nacionais convivem com outros territórios – “regiões” –, onde surgem outras escalas geográficas; a geopolítica de hoje tem incorporado novos conceitos, designadamente o de fluxos, partilhando, assim, uma ideia do Tenente-General Cabral Couto (Moita, 2015a: 102). Este último pensador, advoga que a “... *geopolítica dos lugares...*”, que no passado,

objetivava-se nas análises dos mapas, sob o prisma da localização dos recursos naturais, das demografias e do relevo, passou a dar lugar à “... *geopolítica dos fluxos...*”, objetivada nas análises das redes de transportes, de comunicações e cibernéticas (2009: 25).

O Professor, numa análise às formas de regionalização, encontra as que se constituem por fragmentação subnacional, por agregação interestatal e por regionalização transfronteiriça, caracterizando-as e dando-lhes exemplos (2015a: 102-103). Nesta última forma, engloba as «euro-regiões», definidas por Eduardo Medeiros, como: tendo uma área inferior a 200.000 Km², estendida para além de fronteiras; as fronteiras têm importância reduzida face aos fluxos transfronteiriços, promotores de efeitos positivos socioeconómicos; onde se pragmatiza permanentemente estratégias de desenvolvimento comum; existindo partilha de equipamentos sociais e culturais; e uma forte cooperação e *networking* entre centros de investigação e entidades empresariais; envolvendo vários atores regionais ou locais, bem com a população (Moita, 2015a: 103; Medeiros, 2013: 1252-1253). Além dessas novas delimitações da geografia sem fronteiras, o Professor ainda considera outra, designada «macrorregião», que são delimitadas por margens fluviais ou marítimas, caracterizadas por possuírem afinidades ou possibilidades de cooperação (2015a: 103).

Visitei-o, na sua casa, uns dias antes de nos deixar, tendo sido estabelecida uma conversa interessantíssima, em que, as suas partes de humanista, sociólogo e cientista das RI, se amalgamavam de forma holística, e me espevitavam ao saber. Nela aflorou, entre outros temas, uma reflexão maturada e que foi tratada na sua “última lição doutoral”, em 11/06/2019, cujo tema foi “O Conceito de Relação”.⁵ Essa reflexão, aqui por mim sintetizada, era: “*Antes do «eu mais tu ser igual a nós», há que considerar que o «nós é igual ao eu mais tu».*”, o que significava que antes do «eu individual» existe o «nós da comunidade» à qual o «eu» pertence e na qual necessita, para existir, de se relacionar com o «outro». Essa ideia ali abordada, num contexto que não vou aqui evocar, lembrou-me um seu texto, no qual contrariava o que parecia evidente: as culturas e as identidades, podendo ser identificadas com territorialidades e com espaços delimitados por indefinidas fronteiras, não permitem a dedução que, por isso, são fontes de divisão do mundo. A sua tese é que as culturas e as identidades, com o tempo adaptam-se,

⁵ Consultar em: Luís Moita: A última lição – Rádio Autónoma. <https://luismoita.com/publicacoes-e-intervencoes>

não sendo aceitável encará-las como “... *redutos fechados, condenados ao antagonismo (por mais que a pertença cultural possa estar na origem de exclusivismo) nem redesenhar o mapa-mundi seguindo o traçado das fraturas civilizacionais.*” (2008: 4). E isto porque as culturas e as identidades: estando enraizadas a um território, não têm uma essência permanente; sendo diferentes, podem acumular-se em cada sujeito; não são necessariamente, nos espaços onde se enraízam, fontes de permanente concórdia e, para o exterior, propensas ao antagonismo, podendo serem acessíveis às interações; as suas dimensões, manifestadas nas configurações coletivas, podem ser influenciadas e, portanto, internacionalizadas e, até, universalizadas, pois, pode “... *o facto cultural, quando profundo, não obstante a sua singularidade, ser portador de sementes de universalidade*” (2008: 4-5). Resulta desta sua tese e da nossa conversa, uma convicção: as geografias das culturas e das identidades também são inflexíveis, podendo-se contemplar lugares partilhados pelas suas diversidades, numa configuração global onde coexistem a universalidade e a segmentação.

EM RESUMO

No pensamento do Professor, as geografias não são imutáveis, adaptando-se às dinâmicas sociais, civilizacionais, económicas, das culturas e das identidades. O Estado-Nação pode estar em risco, fruto dessas dinâmicas, mas, enquanto não se identifica uma Entidade global, capaz de assumir os destinos das sociedades e de encontrar soluções universais para os problemas comuns, ainda tem um papel fulcral na promoção da paz e dos cidadãos, que elegem os seus governos para os representar. A existência de fronteiras, como isóbaras definidoras de soberania, parecem perder importância para outras mais indefinidas, que tenuemente pretendem definir geografias, exigidas por interesses, economias, fluxos de fatores de produção e de informação. Mas é num mapa mais global, retratando toda a Geografia possível, que o “*eu*” e o “*tu*” vivem, em comunidade relacional com o “*nós*”. E tal como as geografias se adaptam, também o “*nós*” tem de se adaptar às várias geografias.

Obras Citadas

- ATTALI, J. (2007). *Breve História do Futuro*. Lisboa: Dom Quixote.
- CASTELLS, M. (26 de outubro de 1997). *¿Fin del Estado nación?* Obtido de El País: https://elpais.com/diario/1997/10/26/opinion/877816803_850215.html.
- COUTO, T. C. (dezembro de 2009). Que visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO. *Nação e Defesa – Revista Quadrimestral* n° 124, pp. 19-86.
- HEIN, W. (julho-agosto de 1994). El fim del Estado-Nación y el nuevo orden mundial. Las Instituciones políticas em perspectiva. *Nueva Sociedad*, n° 132, pp. 82-99.
- LACOSTE, Y. (2008). *A Geopolítica do Mediterrâneo*. Lisboa: Edições 70.
- LEWIS, B. (2003). *O Médio Oriente e o Ocidente: O que correu mal?* Lisboa: Gradiva.
- MEDEIROS, E. (2013). Euro-Meso-Macro: The New Regions in Iberian and European Space. *Regional Studies, Vol. 47, Issue 8: Politics, Economics and Perception in Regional Construction*, pp. 1249-1266.
- MOITA, L. (25-28 de junho de 2008). *A Configuração do Mundo Presente – Intervenção na Sessão Plenária "Mundos da Sociologia, Sociologias do Mundo", no VI Congresso Português de Sociologia "Mundos Sociais: Saberes e Práticas – FCSH*. Obtido de Luís Moita: <https://luismoita.com/publicacoes-e-intervencoes>.
- MOITA, L. (2009). Espaços Económicos e Configurações Políticas. Em J. B.-M. Domenico Losurdo, *Universalism, National Question and Conflicts Concerning Hegemony* (pp. 315-322). Nápoles: La Città del Sole s.r.l.
- MOITA, L. (2009). Ocidente contra Oriente? *Janus – Anuário de Relações Internacionais*, pp. 140-141.
- MOITA, L. (outono de 2012). Uma Releitura Crítica do Consenso em Torno do "Sistema Vestefaliano". Obtido de *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 3, n.º 2: <https://observare.autonoma.pt/janus-net/janusnet/uma-releitura-critica-do-consenso-em-torno-do-sistema-vestefaliano/>.
- MOITA, L. (2015a.). Novos contornos territoriais. *Janus*, pp. 102-103.
- MOITA, L. (2015b.). A difícil cartografia da geoeconomia. *Janus*, pp. 104-105.
- OHMAE, K. (1996). *O Fim do Estado Nação: A Ascensão das Economias Regionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- SAID, E. W. (1980). *Orientalism*. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- SANTOS, B. d. (04 de maio de 2022). *Boaventura: o Oriente e o Ocidente*. Obtido de OUTRASPALAVRAS: Jornalismo de Profundidade e Pós-capitalismo: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/boaventura-o-oriente-e-o-ocidente/>.

SCHERMA, M. A. (janeiro/junho de 2012). As Fronteiras nas Relações Internacionais. *Revista Monções, Vol. 1, N° 1*, pp. 102-132.

SILVA, O.T. (31 de dezembro de 1969). *Revista da Escola Superior de Guerra*. Obtido de Teorias Geopolíticas: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/665>.

